



CÓD: OP-123MA-23
7908403536580

SEE-SP

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Professor de Ensino Fundamental e Médio-
Sociologia

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 01/2023



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopção.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

O concurso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) é um dos mais concorridos do país, com milhares de candidatos disputando vagas para diversas especialidades. Para se destacar nesse processo seletivo, é fundamental se preparar com antecedência e com materiais adequados.

Pensando nisso, a Editora Opção preparou um material especialmente voltado para a Especialidades do SEE-SP, com o objetivo de introduzir o aluno no que é cobrado pelo edital. Essa apostila é um guia introdutório que apresenta os principais conteúdos, de forma clara e objetiva, que serão cobrados na prova.

No entanto, é importante destacar que o edital pede um conhecimento completo sobre a bibliografia indicada, e por isso é fundamental que o estudante complemente seus estudos com a leitura das obras e documentos oficiais recomendados.

O material organizado pela Editora Opção visa, portanto, oferecer uma base sólida para o aluno começar seus estudos e se familiarizar com os principais temas que serão abordados no concurso SEE-SP. Além disso, ressaltamos a importância do estudo desses conteúdos não apenas para o sucesso no processo seletivo, mas também para uma formação sólida e aprimoramento profissional.

Desejamos aos alunos que se preparam para o concurso SEE-SP sucesso em seus estudos e que aproveitem ao máximo o conteúdo apresentado nessa apostila, que servirá como uma importante ferramenta para alcançar seus objetivos.

Conhecimentos

1. Da pluralidade de perspectivas epistemológicas das Ciências Humanas e Sociais, bem como de suas tecnologias e metodologias científicas de investigação	7
2. Do Estranhamento, da Desnaturalização e do Distanciamento enquanto posturas teórico-metodológicas da prática científica do Cientista Social.	13
3. Das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos para as relações, as atitudes, os valores e as identidades social e culturalmente construídas pelos sujeitos e coletividades .	14
4. Da cultura de um ponto de vista antropológico, suas características, limites e possibilidades para a compreensão das diferenças entre sujeitos, grupos, povos, comunidades etc	14
5. Dos elementos materiais, simbólicos, conhecimentos, valores, crenças e práticas envolvidos no processo de socialização dos indivíduos, de construção identitária e na constituição da diversidade sociocultural	22
6. Das dinâmicas de circulação de populações, valores, informações, coisas ou bens em razão de fenômenos naturais, políticos, econômicos, socioculturais e tecnológicos no contexto de mundialização ou globalização contemporânea	30
7. Dos significados conceituais de espaço, território, territorialidade, paisagem e fronteira e de suas objetivações por atores e instituições sociais em contextos distintos e específicos.	31
8. Das dimensões e características culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais e dos conflitos que envolvem a produção de territórios e territorialidades.	42
9. Do papel da indústria cultural e das culturas de massa na produção de uma sociedade do consumo e de seus impactos econômicos e socioambientais	46
10. Do papel e da importância de distintos atores sociais na formulação e implementação de ações e políticas na produção de um mundo sustentável.	47
11. Das abordagens sociológicas, políticas e antropológicas dos conflitos e problemáticas socioambientais contemporâneas que envolvem diferentes modelos e práticas de produção, circulação, consumo e descarte de coisas e bens.	48
12. Das transformações no processo e na organização do trabalho, das novas formas de trabalho e suas implicações no emprego e desemprego na atualidade	50
13. Das abordagens sócio-antropológicas sobre os impactos das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais nas relações sociais e de trabalho na contemporaneidade	53
14. Dos múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos e seus efeitos sobre as gerações, em especial os jovens	55
15. Das causas, dos atores e das formas de violência (simbólica, física, psicológica, afetivas etc.) nos mais diversos âmbitos sociais do contexto brasileiro.	56
16. Das formas de preconceito, intolerância e discriminação presentes na vida cotidiana	56
17. Das diferenças e das desigualdades decorrentes tanto dos processos estruturantes da estratificação socioeconômica da sociedade brasileira quanto dos marcadores sociais da diferença, como idade, geração, gênero, classe, cor/raça, sexualidade, entre outros	58
18. Das relações étnico-raciais na sociedade brasileira e das demandas e protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas)	60
19. Dos Direitos Humanos (seus fundamentos, princípios, valores e garantias), da Cidadania (direitos civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais etc.) e das formas de organização e participação do cidadão na efetivação desses direitos	64
20. Das distintas formas de organização dos sistemas governamentais e dos Estados modernos, inclusive do caso brasileiro . . .	65
21. Sobre as formas do paternalismo, do autoritarismo e do populismo presentes na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana e seus impactos na democracia, na cidadania e nos Direitos Humanos.	67
22. Sobre as formas atuais de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da sociedade democrática	68
23. Do papel dos organismos internacionais no contexto mundial, suas formas de atuação e seus limites nos contextos nacionais	69

Bibliografia Livros e Artigos

1. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. ampl.. São Paulo: Boitempo, 2009. 75
2. BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 75
3. BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007. p. 335-350. 75
4. DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Antropologia, Rio de Janeiro, n. 27,p. 1-16, maio 1978 76
5. FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo, São Paulo , v. 14/15, p. 231-239, 2006 76
6. GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany Pantaleoni (org.). Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41 76
7. GODOI, Emília Pietrafesa. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul-dez 2014. 77
8. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019 77
9. IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 77
10. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. Comedores de terra. In: A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 334-355 78
11. Na cidade. In:A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 421-438. 12. 78
12. MAIA, Luciano Mariz. Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos. In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007. p. 85 - 102 78
13. MAUÉS, Antonio; WEYL, Paulo. Fundamentos e marcos jurídicos da educação em direitos humanos. In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007. p. 103-116 79
14. MORAES, Amaury César (coord.). Sociologia: ensino médio. Brasília: MEC/SEB, 2010 79
15. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. Um toque dos clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. atual. Belo Horizonte: UFMG, 2017. 79
16. SCHILLING, Flávia. A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Summus, 2014. 80

Publicações Institucionais

1. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo paulista: etapa ensino médio. São Paulo: SEDUC, 2020. p. 167–178, 229–239, 257–262, 271–277, 286–294 83

CONHECIMENTOS

DA PLURALIDADE DE PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, BEM COMO DE SUAS TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS CIENTÍFICAS DE INVESTIGAÇÃO

Nascida no século XIX, num contexto marcado por um novo tipo de sociedade e por um modo original de pensamento e de prática, a sociologia, embora progressivamente reconhecida como ciência, fruto da sua consolidação metodológica e de recorte do objeto de estudo, parece estar hoje mergulhada numa «crise». Uma «crise» a que não é alheio o estado das demais ciências sociais, e em certa medida, todo o conhecimento científico (Castells, 1973; Santos, 1999; Boudon, 1971), e que data do final do século XIX.

Esta crise é justificada por duas ordens de razão:

- a) por aspectos intrínsecos à ciência, tais como a possibilidade de fundamentar o rigor e a objetividade do conhecimento científico, ou a aceitação dos limites deste conhecimento;
- b) por um contexto mais geral que tem a ver com o questionamento das consequências sociais da ciência.

Explicamos. A «ciência moderna», ao permitir conhecer as relações entre os fenómenos e a sua aplicação na transformação do próprio mundo, vai proporcionar um poder tecnológico cada vez maior aos seres humanos para intervirem sobre a natureza e o próprio homem. Assim, quanto maiores os avanços da ciência, maior a consciência das limitações do Homem e da dificuldade em controlar os avanços da ciência e da tecnologia. Deste modo, o Homem vê-se obrigado a fazer opções de mudança, o que implica que se tenha consciência dos fundamentos teóricos e dos valores que orientam essa mudança.

Acontece que, desde o final do século XIX, e especialmente neste século, a ciência parece ter frustrado muitas das esperanças nela depositadas, por exemplo, as relativas à promessa de uma sociedade mais justa e livre assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, a qual redundou na espoliação do terceiro mundo e na criação de um conflito Norte/Sul que não cessa de se agravar, de par, aliás, com o aumento crescente das desigualdades sociais no interior dos países do norte (Santos, 1999). Tal situação levou a uma ruptura de valores e ao início de uma crise que, em várias vertentes, se prolonga até ao momento atual.

Hoje, é mais do que evidente o choque entre os paradigmas positivista e moderno de ciência. À concepção, defendida durante grande parte do século XIX, de uma ciência considerada como um conhecimento objetivo permitindo previsões rigorosas, fundada no princípio do determinismo, defendendo um modelo mecanicista, e baseada no desejo de quantificar todas as leis da natureza, opõe-se à concepção moderna de ciência que defende que esta não é mais do que uma forma de conhecimento que tende para a objetividade, uma vez que a ciência ganha cada vez mais consciência de ser uma construção do espírito humano, logo, limitada e finita

como este. Segundo esta concepção, as leis científicas permanecem conjecturais e apresentam um carácter probabilístico. Defende-se, portanto, nesta concepção, que o objeto de estudo da ciência não é independente do cientista e que a distinção entre ciências naturais, ciências exatas e ciências humanas deixa de fazer sentido. Boaventura de Sousa Santos vai ainda mais longe. Para este sociólogo, a grande confrontação atual da ciência só pode ser ultrapassada com a emergência de um novo paradigma científico: o paradigma da pós-modernidade, fundado na ideia de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, e que todo o conhecimento é «local», «total», «auto-conhecimento» e visa «constituir-se em senso comum» (Santos: 1999).

É neste quadro de “mudança radical” no pensamento sobre a própria ciência que a sociologia, bem como as demais ciências, sociais e outras, deve hoje ser pensada.

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Ao longo desta reflexão, operaremos com várias categorias epistemológicas, pelo que importa, desde já, atendermos ao seu significado, por forma de evitarmos desvios em relação ao que pretendemos transmitir.

CATEGORIAS EPISTEMOLÓGICAS

A primeira categoria que se impõe definirmos é exatamente a «epistemologia». Trata-se de uma «teoria da ciência» - para muitos uma filosofia da ciência, para outros, como Boaventura Sousa Santos, uma disciplina, tema, perspectiva ou reflexão de estatuto duvidoso (Santos, 1989) que surge no segundo terço do século XIX, e se consolida já neste século, como resultado do grande movimento chamado «crítica das ciências», dirigido ao dogmatismo cientista típico do positivismo de Comte (século XIX), chamado de «cientismo» (Blanché, 1976: 16). O seu objeto de estudo respeita à prática de vigilância das operações (conceptuais e metodológicas) de uma prática científica “com o objetivo de anular a eficácia dos obstáculos epistemológicos que entravam a produção de conhecimentos” (Castells, 1975: 10). Precisamente outra categoria epistemológica são os «obstáculos epistemológicos», presentes em todo e qualquer processo de produção científica.

Gaston Bachelard está convicto que “quando se procuram as condições psicológicas dos progressos da ciência, chega-se à convicção de que é em termos de obstáculos que se deve pôr o problema do conhecimento científico” (Bachelard: 1981: 165). Efetivamente, o nosso conhecimento do real nunca é totalmente objetivo, ele “é uma luz que sempre projeta algumas sombras” (Bachelard, 1981: 165). Na aceção bachelardiana, são exemplos de obstáculos epistemológicos, “as «resistências intelectuais» que bloqueiam ou desnaturalizam a produção de conhecimentos; expressões como «contra pensamentos», «trama de erros persistentes», «resistências do pensamento ao pensamento», constituem fórmulas (designando todos os obstáculos epistemológicos) que sublinham a origem subjetiva destes obstáculos.”(Castells, 1975:14).

Os obstáculos epistemológicos tanto podem ser de ordem pessoal como de ordem social, internos ou externos, e são transversais à prática científica, pelo que podemos assumi-los como todo e qualquer “elemento ou processo extra científico que, intervindo no interior de uma prática científica, trava, impede ou desvirtua a produção de conhecimentos” (Castells, 1975: 20). Mas, “na formação de um espírito científico, o primeiro obstáculo é a «experiência inicial, é a experiência situada antes e acima da crítica, que é necessariamente um elemento integrante do espírito científico” (Bachelard, 1981: 170), pelo que fazer ciência é “conviver”, desde a primeira hora e permanentemente com desafios à objetividade que é preciso ultrapassar.

Para obviar os obstáculos epistemológicos impõe-se ao investigador uma sistemática prática de «vigilância epistemológica», ou seja, o cientista deve assumir uma “atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de o engendrar um dos meios de o superar” (Bourdieu, 1999:11). Praticando esta vigilância, o pesquisador será capaz de questionar as suas próprias práticas, incessantemente confrontadas com o erro, e, como tal, a validade dos conhecimentos que produz. Ao fazê-lo, estará certamente tornar “mais científico” o conhecimento a que chega, porque mais “expurgado” de muitos dos obstáculos epistemológicos com que se confronta.

A história da ciência faz-se com a superação de obstáculos concretos ao avanço da ciência. Em algumas épocas acontece, no seio de uma formação ideológica, a irrupção de um processo de produção de conhecimentos científicos. Quando isso acontece, estamos perante um «corte epistemológico» (Castells, 1975: 12-13), ou, como prefere a epistemologia bachelardiana, perante uma «ruptura epistemológica», sendo que esta designa uma descontinuidade histórica e epistemológica.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A EPISTEMOLOGIA

As ciências sociais têm em comum o objeto real de estudo, uma vez que todas elas dedicam ao estudo da realidade, «una e indivisível», conforme preconizou Georges Gurwitsch. Essa unidade do objeto real das ciências sociais começou a ser reconhecida com base na noção de «facto social total», já que se considera hoje que todos os fenómenos ocorridos na sociedade são fenómenos sociais totais, isto é, têm implicações simultaneamente em diversos níveis em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto susceptíveis, pelos menos potencialmente, de interessar a várias, quando não a todas as ciências sociais (Nunes, 1984:22).

Daqui decorre que as ciências sociais implicitamente assumam os mesmos modelos epistemológicos - ambos variantes do paradigma da filosofia idealista do conhecimento -, que Manuel Castells considera «obstáculos epistemológicos» e que encarnam em ideologias teóricas determinadas. As principais são o humanismo histórico e o positivismo (Castells, 1975: 25-26).

A metodologia das ciências sociais (nas quais obviamente se inclui a Sociologia), realiza a função de garantir a objetividade de uma «descoberta» utilizando como critério a maior ou menor proximidade que esta apresenta relativamente ao modelo de ação designado como científico. (Castells, 1975:27). Assumindo que a verdade provém do objeto e não tanto do sujeito (o objeto predomina sobre a verdade, ou seja, pressupõe-se que o conhecimento reside nos factos e é deles extraído através da prática científica) e que os investigadores sociais não conseguem trabalhar com indicadores e com instrumentos de análise totalmente objetivos/válidos para extrair

dos dados todo o conhecimento, deixando uma margem de manobra à interpretação do investigador, o empirismo assume-se como o obstáculo dominante nas ciências sociais.

De qualquer forma, mesmo admitindo que todos os dados são «construídos», que todo o conhecimento é «abstração» e «construção» (Nunes, 1984), «o empirismo não tem «inimigos» nas ciências sociais» (Castells, 1975: 34). Terá, isso sim, e ainda segundo Manuel Castells, um «concorrente» representado pelo modelo formalista, nas suas diversas variantes. Em todas elas, se exclui “pelo menos, um dos dois momentos necessários a toda a investigação científica, seja porque se concebe que a prática científica está limitada à elaboração de construções especulativas (primeira variante), seja porque se considera a reflexão teórica como suficiente, pelas virtudes da sua coerência interna e rigor lógico, para suscitar proposições empíricas tão evidentes que podem dispensar o processo de experimentação (segunda variante)” (Castells, 1975:35).

A EPISTEMOLOGIA DA SOCIOLOGIA

AS RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS NA SOCIOLOGIA

O pensamento sociológico é tradicionalmente apresentado através do confronto teórico que opõe as suas duas principais correntes, ou paradigmas: o «individualismo metodológico» e o «holismo». Tal significa, portanto, que a investigação e a explicação sociológica são, desde logo condicionadas, pelo posicionamento do investigador face a estes universos de proposições teóricas que têm marcado a história da sociologia.

Enquanto paradigma, o «individualismo metodológico» consiste na análise da realidade social decorrente da estrita explicação dos comportamentos individuais. Esta abordagem inspira-se fundamentalmente na economia, que considera que o homem, sujeito “simultaneamente racional e maximizador, é utilitarista e procura em qualquer situação adoptar o comportamento que, em função dos recursos de que dispõe, lhe é mais favorável” (Riutort, 1999: 51). Inspirado nesta concepção, o sociólogo alemão Max Weber defendia que também a sociologia não poderia também proceder senão das ações de um, ou vários ou numerosos indivíduos separados. O francês Raymond Boudon (1995) acentuou as diferenças entre a abordagem dos economistas e dos sociólogos, dizendo que, se aquela concepção era válida para os economistas, já os sociólogos deveriam perceber que o contexto social interfere no cálculo dos atores e, como tal, o indivíduo, ao agir, fá-lo sempre num contexto de influência pelos comportamentos coletivos. O sujeito não é redutível a um ser «passivo» e não se limita a agir «mecanicamente» sem atribuir significado à ação.

Este paradigma revela, contudo, algumas insuficiências. Conforme sintetiza Riutort (1999: 54-55), em primeiro lugar, importa considerar que o indivíduo, confrontado com uma situação prática, não tem a possibilidade de encarar todas as situações possíveis, e por outro, a racionalidade a que ele recorre é chamada «adaptativa», porque ele não é espontaneamente racional, antes fruto de uma aprendizagem (socialização). Em segundo lugar, é de admitir que nem sempre o interesse individual preside sempre à conduta humana. Finalmente, dir-se-á que os indivíduos são diferentes entre si, pelo que não se pode negligenciar o contexto social que influencia aos comportamentos.

Contrária à perspectiva individualista, a perspectiva «holista», assume que, para compreender um fenómeno social, deve partir-se da sociedade, encarada na sua globalidade, analisando o(s)

constrangimento(s) que ela exerce sobre a conduta dos indivíduos. Este enfoque é muito semelhante ao preconizado por Durkheim, quando defendia que “romper com as pre-noções consistia precisamente em pôr entre parênteses as razões que o indivíduo dá da sua ação, já que este raramente está em condições de compreender os reais «motivos» dos seus atos” (Riutort, 1999: 56). Nesta óptica, cabe à sociologia analisar de que maneira a sociedade imprime no indivíduo maneiras de pensar e de agir que acabam por lhe aparecer como «naturais». Esta perspectiva evoluiu com a corrente funcionalista (sobretudo da sociologia americana, com Talcott Parsons como figura de proa), que considerava a sociedade como um conjunto coerente em que cada elemento desempenha um a função específica útil ao equilíbrio do todo. Como consequência, os elementos (indivíduos) não podem ser estudados de per si, mas sim a partir das suas relações com o contexto social.

Mas, à semelhança do “individualismo metodológico”, também esta perspectiva foi alvo de críticas. De facto, a análise funcional tem o inconveniente de interessar-se com uma «distância» muito grande, pelos comportamentos dos indivíduos em sociedade e tem tendência a sobrestimar em excesso a estabilidade de uma sociedade, unicamente encarada a um nível global. Max Weber qualifica esta abordagem como «objetivante», já que ela não se prende à maneira como os indivíduos atuam nem aos efeitos sociais que produzem - enumerar funções implica um afastamento das relações sociais efetivas que contribuem para a sua existência.

Acontece, porém, que esta oposição clássica individualismo metodológico/holismo surge um pouco forçada em ciências sociais. Com efeito, tal como Weber está atento às estruturas sociais, à maneira como elas afetam as representações e as ações dos indivíduos, também Durkheim não está insensível aos processos pelos quais a realidade social, que nunca é um «dado», acaba por «ganhar corpo nas consciências individuais” (Riutort, 1999: 60). Outro autor, o alemão Norbert Élias, “prova” também a relativização que deve fazer-se sobre a diferenças entre os dois paradigmas. Élias, considera que o indivíduo não é «totalmente determinado» nem «livre» de atuar à sua maneira, mas dispõe de uma margem de manobra num jogo em que é um interveniente entre outros (Riutort, 1999: 62).

Entretanto, os sociólogos contemporâneos Anthony Giddens e Erving Goffman, propuseram-se reconsiderar as relações indivíduo/sociedade. Adoptando uma perspectiva «relacional» (interacionista), eles reclamam a necessidade de estar atento à maneira como a realidade social se instaura num movimento de vaivém, ou seja, enquanto fenómeno objetivo que se impõe a todos, mas igualmente por meio de uma progressiva interiorização nas consciências individuais. Isto porque a realidade social tem duas existências: enquanto realidade objetivada e realidade incorporada pelos indivíduos, em função das suas características sociais próprias. Desta forma, verifica-se que a organização social não se impõe aos indivíduos «mecanicamente» e do «exterior», já que estes contribuem à sua maneira e sem prestar a isso grande atenção, para a sua perpetuação através de um conjunto de interações que os colocam em relação.

AS SINGULARIDADES EPISTEMOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA

Na sua obra *La crise de la Sociologie*, Raymond Boudon (1971), apresenta-nos as singularidades epistemológicas da sociologia. A primeira, respeita ao próprio objeto da sociologia. Ao contrário das outras ciências sociais, a sociologia dá a ideia de não ter ainda encontrado o seu próprio objeto. Efetivamente, esta ciência parece caracterizar-se por uma interminável pesquisa sobre si mesmo, uma vez que nenhuma das definições até agora propostas pelos principais sociólogos mereceu consenso generalizado. Como afir-

mou um dia Raymond Aron (talvez com alguma ironia), num ponto, e talvez apenas nele, todos estão de acordo: a sociologia é difícil de definir (Boudon, 1971: 10).

A segunda singularidade da sociologia reside na sua hesitação entre a «descrição» e a «explicação». Como dissemos, os primeiros sociólogos assumiam a sociologia como ciência nomotética que procurava explicar as regularidades sociais e enunciar leis universais sobre o funcionamento da sociedade. No entanto, vemos hoje que muitos dos trabalhos de investigação adoptam uma lógica muito mais descritiva do que explicativa.

Uma terceira singularidade, que decorre das consequências da segunda, tem a ver com a possibilidade de uma sociologia “assim”, uma sociologia crescentemente «empírica», poder produzir teorias; ou seja emerge a questão de (im)possibilidade de propor teorias a partir de dados empíricos, necessariamente contextualizados.

Em suma: dificuldade em definir o seu objeto, hesitação entre a descrição sociográfica e a análise sociológica e o carácter flexível de noção de teoria: eis algumas características epistemológicas da sociologia atual (Boudon, 1971: 16).

Raymond Boudon, considera, no entanto, que o carácter singular da sociologia advém tanto de ser simultaneamente descritiva e nomotética, porque, por um lado, a descrição e explicação são frequentemente tomadas uma pela outra e, por outro lado, porque a interação entre estes dois aspectos da pesquisa é sempre fraca e, em todo o caso, pouco sistemática (Boudon, 1971: 17). Curioso e surpreendente, conclui Boudon, é que estas singularidades, longe de se atenuarem, tendem a ser vez mais marcadas hoje do que na época de Durkheim ou de Sorokin.

Uma vez que, também na linha de Boudon (1971), este «polimorfismo» da sociologia não se deverá apenas à sua hesitação entre a sociografia e a sociologia propriamente dita, mas igualmente a fatores institucionais e epistemológicos, importa analisá-los. É o que fazemos de seguida.

OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS E VIGILÂNCIA EPISTEMOLÓGICA NA SOCIOLOGIA

As ciências sociais e humanas têm a particularidade do próprio investigador fazer parte do objeto de estudo, o que implica certas consequências epistemológicas e metodológicas, nomeadamente no que respeita à relação entre o pensamento e a ação na vida social e histórica e, conseqüentemente, à própria estrutura da objetividade em sociologia. (Goldmann, 1981: 334). A familiaridade do sociólogo como universo social constitui, para este, “o obstáculo epistemológico por excelência porque essa familiaridade produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições da sua credibilidade” (Bourdieu, 1999: 23). Efetivamente, quando abordamos o estudo da sociedade em geral e dos factos de consciência individuais e coletivos, em particular, não nos deveremos esquecer que:

- o indivíduo é, por essência, social, e que, tal como preconizava Piaget, a sociologia deve encarar a sociedade como um todo, ainda que esse todo, bem distinto da somados indivíduos, nada mais seja do que o conjunto das relações ou das interações entre esses indivíduos;

- a vida social e histórica é um conjunto estruturado de comportamentos de indivíduos agindo de forma consciente, em certas condições de meio natural e social;

- a estruturação resulta de facto de que dos indivíduos e os grupos sociais procuram dar respostas unitárias e coerentes ao conjunto dos problemas colocados pelas suas relações com o meio ambiente;

BIBLIOGRAFIA LIVROS E ARTIGOS

**ANTUNES, RICARDO. OS SENTIDOS DO TRABALHO: EN-
SAIO SOBRE A AFIRMAÇÃO E A NEGAÇÃO DO TRABALHO.
2. ED. REV. AMPL.. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2009**

“Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho”, escrito por Ricardo Antunes, é uma obra que aborda de forma crítica e analítica a questão do trabalho na sociedade contemporânea. Publicado em 2009, o livro oferece uma reflexão profunda sobre os diferentes aspectos e significados atribuídos ao trabalho ao longo da história.

Antunes discute a relação entre trabalho e capitalismo, destacando como o sistema econômico influencia a organização do trabalho e as condições de vida dos trabalhadores. O autor analisa a intensificação do trabalho, a precarização das relações laborais e os impactos da globalização na dinâmica do emprego.

Ao longo da obra, Antunes também explora os sentidos e significados atribuídos ao trabalho, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Ele examina a dimensão subjetiva do trabalho, suas relações com a identidade, a realização pessoal e as formas de resistência e luta dos trabalhadores.

Além disso, o autor discute a importância de repensar e reconstruir os sentidos do trabalho, visando superar as contradições e injustiças presentes no sistema capitalista. Antunes propõe uma reflexão sobre alternativas ao modelo dominante, buscando caminhos para uma reafirmação do trabalho como atividade criativa, emancipadora e com valor social.

“Os Sentidos do Trabalho” é uma obra essencial para compreender as transformações do mundo do trabalho e refletir sobre os desafios e possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

**BAUMAN, ZYGMUNT. VIDA PARA CONSUMO: A TRANS-
FORMAÇÃO DAS PESSOAS EM MERCADORIA. 2. ED. RIO
DE JANEIRO: ZAHAR, 2022**

“Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria” é uma obra escrita por Zygmunt Bauman, renomado sociólogo e filósofo polonês, que aborda de forma crítica a relação entre consumo, sociedade e indivíduo na era contemporânea.

O livro apresenta uma análise profunda sobre a transformação das pessoas em mercadorias em um contexto de sociedade consumista. Bauman discute como o sistema econômico atual, marcado pelo consumo desenfreado e pela lógica do descartável, influencia a vida cotidiana das pessoas, moldando suas identidades e relações sociais.

Bauman argumenta que na sociedade líquido-moderna, caracterizada pela fluidez e pela falta de estruturas duradouras, as relações sociais tendem a se tornar mais superficiais e voláteis. Nesse contexto, o consumo ganha um papel central na construção da

identidade e na busca por felicidade e satisfação pessoal. As pessoas são constantemente incentivadas a consumir e a se adequarem aos padrões estabelecidos pelo mercado, o que acaba por transformá-las em mercadorias.

O autor também discute as consequências dessa transformação, como a alienação, a busca incessante por novidades e a insatisfação crônica. Bauman critica a ideia de que o consumo traz felicidade e alerta para os impactos negativos desse modo de vida baseado na efemeridade e no descartável.

Ao longo da obra, Bauman desafia o leitor a refletir sobre o papel do consumo na sociedade contemporânea e a repensar as relações entre indivíduo, sociedade e mercado. Ele propõe uma reflexão crítica sobre os valores e as práticas que moldam nossas vidas, buscando resgatar o sentido de comunidade e a solidariedade em meio à lógica consumista.

“Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria” é uma leitura essencial para aqueles interessados em compreender os efeitos do consumismo na sociedade atual e refletir sobre alternativas que promovam uma vida mais autêntica e satisfatória.

**BENEVIDES, MARIA VICTORIA. DIREITOS HUMANOS: DE-
SAFIOS PARA O SÉCULO XXI. IN: SILVEIRA, ROSA MARIA
GODOY ET AL. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: FUN-
DAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS. JOÃO PESSOA:
UNIVERSITÁRIA/UFPB, 2007. P. 335-350**

O texto “Direitos Humanos: Desafios para o Século XXI” de Maria Victoria Benevides, publicado no livro “Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Metodológicos”, aborda os desafios e perspectivas dos direitos humanos na contemporaneidade. A autora explora questões fundamentais relacionadas aos direitos humanos, destacando a importância de sua promoção e garantia para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Benevides discute a necessidade de um compromisso coletivo na defesa e promoção dos direitos humanos, levantando questões como a violação desses direitos em diferentes contextos sociais e políticos, as desigualdades socioeconômicas, as questões de gênero e a exclusão social. A autora enfatiza a importância da educação em direitos humanos como um instrumento fundamental para a conscientização e mobilização da sociedade na defesa desses direitos.

Nesse sentido, o texto destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica na educação em direitos humanos, visando desenvolver uma consciência cidadã, a capacidade de reflexão e a promoção de valores fundamentais, como a igualdade, a liberdade e a dignidade humana. Além disso, Benevides ressalta a necessidade de uma atuação política e institucional comprometida com a efetivação dos direitos humanos em todas as esferas da sociedade.

Por meio de uma análise abrangente e fundamentada, o texto de Maria Victoria Benevides contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelos direitos humanos no século XXI, destacando a importância da educação e do engajamento cidadão na promoção e defesa desses direitos fundamentais.

DA MATTA, ROBERTO. O OFÍCIO DE ETNÓLOGO, OU COMO TER ANTHROPOLOGICAL BLUES. BOLETIM DO MUSEU NACIONAL: NOVA SÉRIE: ANTROPOLOGIA, RIO DE JANEIRO, N. 27, P. 1-16, MAIO 1978

Roberto Da Matta, um renomado antropólogo brasileiro, escreveu um artigo intitulado “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter Anthropological Blues” publicado no Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Antropologia, em maio de 1978. Neste texto, Da Matta aborda os desafios e dilemas enfrentados pelos etnólogos no exercício de sua profissão.

No artigo, Da Matta discute a natureza do trabalho etnográfico e explora as dificuldades inerentes à interpretação cultural. Ele analisa a relação entre o etnólogo e a comunidade estudada, destacando a importância de estabelecer um diálogo respeitoso e sensível para a compreensão da cultura em questão. Da Matta também enfatiza a necessidade de uma abordagem reflexiva por parte dos etnólogos, reconhecendo que suas próprias visões e preconceitos podem influenciar suas interpretações.

Além disso, o autor reflete sobre os limites do conhecimento antropológico e a constante busca por compreender a complexidade da cultura humana. Ele levanta questionamentos sobre o papel da antropologia na sociedade e a relevância do trabalho do etnólogo em um mundo em constante transformação.

O artigo de Roberto Da Matta é uma contribuição significativa para o campo da etnologia, oferecendo insights valiosos sobre os desafios e as responsabilidades inerentes ao ofício de ser um etnólogo.

FRASER, NANCY. DA REDISTRIBUIÇÃO AO RECONHECIMENTO? DILEMAS DA JUSTIÇA NUMA ERA “PÓS-SOCIALISTA”. CADERNOS DE CAMPO, SÃO PAULO, V. 14/15, P. 231-239, 2006

O texto “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’” escrito por Nancy Fraser discute os desafios enfrentados pela teoria da justiça em um contexto pós-socialista. Fraser aborda a transição de um enfoque exclusivamente voltado para a redistribuição de recursos para uma perspectiva mais ampla que considera também o reconhecimento das identidades e diferenças culturais.

No texto, Fraser destaca que, durante muito tempo, a luta pela justiça foi entendida primordialmente como a busca pela redistribuição equitativa dos recursos econômicos. No entanto, ela argumenta que essa visão deixou de abarcar aspectos cruciais da injustiça social, como a negação de reconhecimento e valorização das identidades coletivas e individuais.

A autora ressalta que, na era pós-socialista, as demandas por reconhecimento tornaram-se cada vez mais presentes, principalmente em relação aos grupos marginalizados e historicamente ex-

cluídos. Nesse sentido, Fraser propõe uma ampliação do horizonte da teoria da justiça, incorporando o reconhecimento como um elemento essencial para a busca da igualdade e da justiça social.

Ao examinar os dilemas da justiça nessa nova era, Fraser destaca a importância de abordar tanto as questões de redistribuição quanto de reconhecimento de forma integrada. Ela argumenta que a justiça não pode ser alcançada apenas através da redistribuição dos recursos materiais, mas também requer o reconhecimento e a valorização das identidades e das diferenças culturais.

Assim, o texto de Nancy Fraser levanta questionamentos importantes sobre os caminhos que a teoria da justiça deve seguir em uma era pós-socialista. A compreensão dos dilemas enfrentados nesse contexto permite repensar as abordagens tradicionais e buscar uma visão mais abrangente e inclusiva da justiça, que considere tanto a redistribuição equitativa de recursos quanto o reconhecimento das identidades e diferenças como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

GALLOIS, DOMINIQUE TILKIN. TERRAS OCUPADAS? TERRITÓRIOS? TERRITORIALIDADES? IN: RICARDO, FANY PANTALEONI (ORG.). TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O DESAFIO DAS SOBREPOSIÇÕES. SÃO PAULO: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2004. P. 37-41

O texto “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?” de Dominique Tilkín Gallois, presente na obra “Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições”, organizada por Fany Pantaleoni Ricardo, aborda a complexa relação entre terras indígenas e unidades de conservação da natureza, especialmente diante das sobreposições territoriais e dos desafios que surgem a partir delas.

A autora explora o conceito de território e suas diferentes nuances, destacando que a ocupação do espaço não se limita apenas à demarcação física, mas também envolve aspectos simbólicos, culturais e políticos. Ela problematiza a noção de “terras ocupadas” como uma mera presença física e argumenta que é necessário compreender as territorialidades dos povos indígenas, ou seja, suas formas de organização social, uso dos recursos naturais e relações com o meio ambiente.

Gallois discute a sobreposição de territórios indígenas com unidades de conservação da natureza, ressaltando os conflitos que surgem nesse contexto. Ela analisa as tensões entre os objetivos de preservação ambiental e a garantia dos direitos dos povos indígenas, chamando a atenção para a necessidade de se estabelecer diálogos e parcerias entre as partes envolvidas.

A autora também enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar na análise dessas sobreposições territoriais, envolvendo não apenas aspectos jurídicos, mas também socioculturais e ambientais. Ela ressalta a necessidade de se considerar a diversidade de perspectivas e interesses envolvidos, buscando soluções que conciliem a conservação da natureza com o respeito aos direitos dos povos indígenas.

Por fim, Gallois defende a necessidade de um olhar atento e sensível para a questão das sobreposições territoriais, reconhecendo a complexidade do tema e a importância de se promover processos de consulta e participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisões que afetam seus territórios.

GODOI, EMÍLIA PIETRAFESA. TERRITORIALIDADE: TRAJETÓRIA E USOS DO CONCEITO. RAÍZES: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS, CAMPINA GRANDE, V. 34, N. 2, P. 8-16, JUL-DEZ 2014

O artigo “Territorialidade: trajetória e usos do conceito” de Emília Pietrafesa Godoi, publicado na Revista Raízes de Ciências Sociais e Econômicas, explora a trajetória e os diferentes usos do conceito de territorialidade ao longo do tempo.

A autora inicia discutindo a origem do termo “territorialidade” e sua evolução conceitual nas ciências sociais. Ela destaca que o conceito tem sido amplamente utilizado em diferentes disciplinas, como a sociologia, a antropologia e a geografia, mas que cada área lhe atribuiu significados e enfoques distintos.

Godoi apresenta uma análise histórica das abordagens sobre territorialidade, desde as perspectivas mais antigas até as mais contemporâneas. Ela ressalta que inicialmente o conceito estava associado à noção de poder, controle e demarcação física do espaço, especialmente nos estudos sobre territorialidade animal. No entanto, ao longo do tempo, o seu significado foi ampliado para compreender também as relações sociais, culturais e simbólicas envolvidas na apropriação e organização do espaço.

A autora discute as diferentes abordagens teóricas sobre a territorialidade, destacando as contribuições de autores como Robert Sack, David Harvey e Pierre Bourdieu. Ela ressalta que cada abordagem oferece uma perspectiva única sobre o tema, enfatizando aspectos como identidade, poder, controle, relações de poder, disputas territoriais e formas de resistência.

Godoi também destaca os usos do conceito de territorialidade em estudos urbanos, rurais e nas relações entre grupos étnicos. Ela discute como a territorialidade é importante para entender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que ocorrem em diferentes contextos espaciais. Além disso, a autora enfatiza a relevância de se considerar a dimensão simbólica e afetiva da territorialidade, uma vez que as relações com o espaço também estão relacionadas a vínculos emocionais e representações culturais.

Por fim, Godoi conclui que a noção de territorialidade é complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem interdisciplinar para sua compreensão. Ela ressalta a importância de considerar tanto os aspectos materiais quanto os simbólicos e subjetivos envolvidos nas relações de poder e apropriação do espaço.

HALL, STUART. A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE. 12 ED. RIO DE JANEIRO: LAMPARINA, 2019

Stuart Hall é um renomado teórico cultural que contribuiu significativamente para os estudos sobre identidade na pós-modernidade. Em sua obra “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, ele aborda questões cruciais relacionadas à formação e transformação das identidades individuais e coletivas no contexto contemporâneo.

No livro, Hall examina as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram nas últimas décadas e como essas transformações afetaram a compreensão da identidade. Ele argumenta que a noção de identidade não é mais fixa e estável, mas sim fluida e em constante redefinição. A identidade, segundo Hall, é construída em

um processo contínuo de negociação e articulação, influenciado por fatores como raça, gênero, classe social, nacionalidade e pertencimento cultural.

Hall também explora o papel dos meios de comunicação, da globalização e das relações de poder na formação das identidades contemporâneas. Ele analisa como as narrativas midiáticas e os discursos dominantes moldam nossas percepções de identidade e como indivíduos e grupos resistem a essas representações hegemônicas.

O autor discute ainda as noções de hibridismo cultural e diáspora, destacando a multiplicidade de identidades que emergem da interação entre diferentes culturas e contextos sociais. Ele enfatiza a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e perspectivas dentro de uma sociedade cada vez mais globalizada.

“A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” é uma obra fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de identidade e as complexidades do mundo atual. Com sua abordagem crítica e perspicaz, Stuart Hall nos convida a repensar as noções tradicionais de identidade e a refletir sobre a diversidade e a pluralidade que caracterizam a sociedade pós-moderna.

IANNI, OCTAVIO. A ERA DO GLOBALISMO. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2010

Com base no livro “A Era do Globalismo”, de Octavio Ianni, podemos destacar a importância do tema na compreensão dos processos e desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Publicado em 2010, o livro oferece uma análise profunda sobre o fenômeno da globalização e seus impactos nos mais diversos aspectos da vida social, política, econômica e cultural.

Ao longo de suas páginas, Ianni aborda a complexidade do globalismo, ressaltando sua natureza multifacetada e abrangente. O autor discute como a globalização transcende fronteiras geográficas e influencia a interação entre os Estados, as instituições internacionais, as corporações transnacionais e as pessoas em geral.

Uma das principais contribuições do livro é a análise das transformações que ocorrem no contexto da globalização, destacando a intensificação das relações econômicas, a expansão do poder das grandes corporações, a disseminação de informações e tecnologias, e as mudanças nas identidades e culturas locais.

Ianni também discute as desigualdades sociais e os conflitos que surgem no contexto do globalismo, enfatizando a necessidade de compreender as relações de poder e as dinâmicas que perpetuam as assimetrias globais.

Além disso, o autor aborda a importância da governança global e a necessidade de um diálogo intercultural para enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas, os conflitos armados e as desigualdades socioeconômicas.

Em suma, “A Era do Globalismo” de Octavio Ianni apresenta uma análise profunda e abrangente sobre a complexidade da globalização e seus desdobramentos nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. O livro convida os leitores a refletir sobre os desafios e possibilidades que surgem nesse contexto, buscando uma compreensão mais ampla das dinâmicas globais e a construção de um futuro mais justo e equitativo.

PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

**SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.
CURRÍCULO PAULISTA: ETAPA ENSINO MÉDIO. SÃO
PAULO: SEDUC, 2020. P. 167–178, 229–239, 257–262,
271–277, 286–294**

O Currículo Paulista é um documento produzido pela Secretaria da Educação de São Paulo que estabelece as diretrizes para o Ensino Médio no estado. O documento apresenta uma proposta de formação integral dos estudantes, com base em competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo dos três anos do Ensino Médio.

O Currículo Paulista está organizado em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Cada área é composta por disciplinas que têm como objetivo aprofundar o conhecimento em temas específicos.

No documento, são apresentadas as competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo do Ensino Médio, como a capacidade de compreender e utilizar diferentes linguagens, a capacidade de interpretar e utilizar informações e conhecimentos científicos e a capacidade de compreender e atuar em diferentes realidades sociais.

Além disso, o Currículo Paulista apresenta os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada disciplina, bem como as habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada uma delas. O documento também traz orientações sobre como as escolas devem organizar o currículo e as atividades pedagógicas, a fim de garantir uma formação integral e de qualidade para os estudantes.

É importante ressaltar que o Currículo Paulista é um documento norteador, que orienta as escolas na organização do currículo e das atividades pedagógicas. Cabe às escolas e aos professores a responsabilidade de implementá-lo, levando em consideração as especificidades de cada contexto educativo e as necessidades dos estudantes.

Estudar o Currículo Paulista é fundamental para entender as diretrizes que norteiam o Ensino Médio em São Paulo. O documento apresenta as competências, objetivos de aprendizagem e habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada disciplina, bem como as orientações sobre a organização do currículo e das atividades pedagógicas.

Ao compreender as competências gerais que devem ser desenvolvidas, os objetivos de aprendizagem e as habilidades específicas para cada disciplina, o estudante pode se preparar melhor para as avaliações e para a vida após o Ensino Médio. Além disso, o Currículo Paulista ajuda a garantir uma formação integral e de qualidade, que prepare os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo.

Ao seguir as orientações do Currículo Paulista, as escolas e os professores têm a possibilidade de diversificar as metodologias de ensino, promovendo uma aprendizagem mais significativa e conect-

ada com a realidade dos estudantes. O documento também possibilita a elaboração de um currículo mais coerente e alinhado com as demandas do mercado de trabalho e com as necessidades da sociedade.

Por fim, o Currículo Paulista é um documento vivo, que pode ser atualizado e aprimorado a partir das experiências e das demandas da comunidade escolar. Por isso, estudar esse documento é fundamental não só para entender as diretrizes atuais do Ensino Médio em São Paulo, mas também para contribuir com o debate sobre a educação no estado e no país como um todo.

Para se preparar para a prova, é fundamental que o estudante leia o documento na íntegra, a fim de compreender as competências, habilidades e objetivos de aprendizagem para cada disciplina. Também é importante que o estudante esteja atento às orientações sobre a organização do currículo e das atividades pedagógicas, a fim de compreender como as escolas devem implementar o Currículo Paulista.

QUESTÕES

1. (VUNESP - 2019 - SEDUC-SP - Supervisor de Ensino)

Alceu, preparando-se para a prova do concurso ao cargo de Supervisor de Ensino estadual paulista, recorreu à “Proposta Curricular do Estado de São Paulo – SE SP” (2012) para estudar o tema “métodos, técnicas e instrumentos de acompanhamento do trabalho pedagógico na escola”. De acordo com essa proposta, um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos”. Essas competências caracterizam modos de ser, raciocinar e interagir que podem ser apreendidos das ações e tomadas de decisão, em contextos de problemas, tarefas ou atividades. Graças a elas, pode-se

- (A) a partir de testes padronizados, formar turmas homogêneas para facilitar o trabalho pedagógico.
- (B) treinar os estudantes para que se saiam bem nas avaliações externas, as quais são baseadas nessas competências.
- (C) articular os conteúdos curriculares com atividades laborais, preparando os estudantes para o mercado de trabalho.
- (D) inferir se a escola como instituição está cumprindo bem o papel que se espera dela e pode-se acompanhar o trabalho pedagógico.
- (E) preparar os alunos para prosseguirem estudos no nível superior, com garantia de sucesso.

ANOTAÇÕES

2.VUNESP-SP

Segundo o Currículo Paulista para o Ensino Médio, uma das competências gerais que os alunos devem desenvolver é “trabalhar em equipe, com solidariedade e respeito, e exercitar a empatia, o diálogo, a negociação e a mediação de conflitos.” Assinale a alternativa que apresenta uma habilidade específica relacionada a essa competência.

- (A) Resolver problemas de forma individual, sem considerar a opinião dos colegas.
- (B) Colaborar para a realização de tarefas em grupo, considerando as diferentes perspectivas e opiniões dos membros da equipe.
- (C) Argumentar de forma autoritária e impor suas ideias aos colegas.
- (D) Ignorar os conflitos entre colegas e focar apenas nas suas próprias tarefas.

3.VUNESP-SP

O Currículo Paulista para o Ensino Médio destaca a importância de a escola promover a reflexão sobre os impactos das tecnologias no mundo contemporâneo. Assinale a alternativa que apresenta uma atividade que poderia ser desenvolvida em sala de aula para abordar esse tema.

- (A) Propor a leitura de um texto literário clássico para discutir as transformações da sociedade ao longo do tempo.
- (B) Realizar uma pesquisa sobre os benefícios das tecnologias para a saúde e o bem-estar das pessoas.
- (C) Debater as notícias divulgadas nos principais portais de notícias sobre as últimas novidades tecnológicas.
- (D) Analisar as mudanças na comunicação e na produção de informação com o surgimento das redes sociais.

4.VUNESP-SP

O Currículo Paulista para o Ensino Médio destaca a importância de desenvolver nos alunos a capacidade de compreender e interpretar criticamente diferentes tipos de texto. Assinale a alternativa que apresenta uma atividade que poderia ser desenvolvida em sala de aula para trabalhar essa habilidade.

- (A) Realizar uma prova de múltipla escolha para avaliar a compreensão de um texto literário.
- (B) Propor a leitura de um texto jornalístico para identificar a opinião do autor sobre um tema específico.
- (C) Elaborar um resumo de um texto científico para apresentar aos colegas em sala de aula.
- (D) Participar de um debate sobre um tema polêmico a partir da análise de diferentes fontes de informação.

GABARITO

1	D
2	B
3	D
4	D